
CONTESTAÇÃO DE IMAGENS DE CONTROLE EM JAMES BALDWIN

Lunara Caroline Nascimento Gomes (UFPE)¹

Resumo: Este artigo aborda especificamente o estereótipo do homem negro estuprador nos Estados Unidos com base no romance *Se a rua Beale falasse* de James Baldwin. Através de categorias interseccionais como raça, classe, sexualidade e gênero, busca-se discutir a construção de um estereótipo que se desdobrou em numerosas e profundas violências para a comunidade afro-americana e que assume uma posição de destaque e relevância na narrativa do escritor estadunidense. O aporte teórico é constituído por contribuições argumentativas de Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019, 2021), Achille Mbembe (2014, 2018), Kabengele Munanga (2020) e Valentin Yves Mudimbe (2013).

Palavras-chave: James Baldwin. Relações raciais. Estereótipos racistas.

DISPUTE OF CONTROL IMAGES IN JAMES BALDWIN

Abstract: This paper, specifically, discusses the stereotype of black male rapists in the United States based on the novel *If Beale Street Could Talk* by James Baldwin. Through intersectional categories such as race, class, sexuality and gender, we seek to discuss the construction of a stereotype that unfolded in numerous and violent acts of violence against the Afro-American community and that assumes a prominent and strong position in the American writer's narrative. The theoretical contribution consists of argumentative contributions by Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019, 2021), Achille Mbembe (2014, 2018), Kabengele Munanga (2020) and Valentin Yves Mudimbe (2013).

Keywords: James Baldwin. Race relations. Racist stereotypes.

INTRODUÇÃO

O romance *Se a rua Beale falasse*, de James Baldwin, divide-se em duas partes denominadas “Preocupada com minha alma” e “Sião: A Terra Prometida”. Prontamente, somos apresentados à narradora Clementine, mais conhecida como Tish. A personagem tem 19 anos e trabalha na seção de perfumes de uma loja de departamentos, enquanto Alonzo ou Fonny, de 22 anos, faz o transporte de mudanças durante o dia e esculturas durante a noite. Nas primeiras páginas, já sabemos que seu companheiro está preso e Tish vai visitá-lo na prisão para comunicar-lhe que está grávida.

O jovem casal formado por Tish e Fonny tem suas vidas perturbadas devido à

¹ Graduada em Ciências sociais, mestra e doutora em Estudos literários pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: lunaracnascimento@gmail.com.

acusação de estupro de uma jovem porto-riquenha direcionada ao rapaz. Grávida e desesperada, Tish mobiliza as famílias envolvidas e procura advogados para provarem a inocência de seu companheiro. Por intermédio das memórias de Tish, somos convidados a acompanhar o infortúnio causado às famílias e, principalmente, ao personagem negro Fonny, decorrente de uma acusação de estupro vazia, desonesta e de base racista. Brevemente, mais à frente, veremos como esse tipo de denúncia tem uma fundamentação particularizada no contexto estadunidense.

A narrativa, que tem como pano de fundo o Harlem nos anos 1970, manifesta uma sociedade fortemente caracterizada pela desigualdade social e pela discriminação racial. James Baldwin elabora, portanto, um importante questionamento relacionado aos desdobramentos da luta movida pelo Movimento pelos Direitos Civis da década de 1960. O autor problematiza as vivências da população afro-americana a partir, principalmente, da injustiça causada à família de Fonny.

Além de explorar elementos próprios das relações raciais estadunidenses, James Baldwin expõe outros marcadores interseccionais (como classe, gênero e sexualidade), possibilitando a reflexão das dificuldades sociais impostas aos personagens negros, como a perpetuação da pobreza, a impossibilidade de ascensão social e o encarceramento de jovens homens negros. Especificamente em relação ao encarceramento de homens negros, James Baldwin se debruça, estrategicamente, sobre a contestação de uma imagem de controle (Collins, 2019) relacionada particularmente à suposta sexualidade animalizada e descontrolada desses indivíduos.

1 ARTICULAÇÃO DAS CATEGORIAS INTERSECCIONAIS NO ROMANCE

Em primeiro lugar, o personagem Fonny é privado de liberdade com a justificativa pautada em uma suposta violência sexual cometida pelo jovem. À primeira vista, são as características físicas que condenam o personagem. É importante destacar que o personagem negro não ocupa nenhum posto de trabalho valorizado pela sociedade estadunidense. Assume, curiosamente, uma atividade na qual precisa servir outras pessoas, como anteriormente citado. A trajetória de Fonny pode ser explicada pelas categorias interseccionais que definem quem ele é e quem ele pode ser dentro de uma sociedade de passado escravocrata. Assim, as categorias de gênero, raça e classe definem exatamente as atividades que devem ser realizadas

por determinadas pessoas e quais lugares esses indivíduos podem ocupar. Com essas categorias demarcadas, compreende-se como se consolidam as posições da hierarquia social que dizem respeito ao acesso à riqueza ou à dificuldade de obtê-la. É possível apreendermos a maneira como o escritor articula elementos raciais com o objetivo de revelar as consequentes representações sociais e seus privilégios ou a falta desses. Nesse caso, as características fenotípicas tendem à vinculação a determinados estereótipos. No caso de Fonny, suas características fenotípicas básicas são descritas no seguinte trecho: "O Fonny é mais claro que eu, mas muito mais escuro que elas, e nem toda a brilhantina que ela passava no cabelo dele aos domingos fazia seu cabelo ficar liso" (Baldwin, 2019, p. 27).

Ao utilizar categorias como raça, sexualidade, gênero e classe, James Baldwin articula os impactos sociais referentes a cada uma dessas categorias e, consequentemente, como esses elementos unidos representarão relações de subordinação e, no caso do personagem Fonny, uma condenação injusta. Vejamos como raça e classe se entrecruzam e estabelecem determinadas atividades vinculadas aos homens negros no romance de James Baldwin:

O Fonny costumava frequentar uma escola vocacional onde ensinam os meninos a fazer todos os tipos de coisas inúteis e de má qualidade, como mesas de jogo, pufes e cômodas que ninguém nunca vai comprar – porque, afinal, quem é que compra móveis feitos à mão? Os ricos não compram. Dizem que os meninos são burros e que, por isso, devem aprender a trabalhar com as mãos. Aqueles meninos não são burros. Mas as pessoas que administram essas escolas querem ter a certeza de que eles não vão ficar espertos: estão de fato ensinando os meninos a serem escravos (Baldwin, 2019, p. 43).

Além de raça, gênero e classe (pobreza) serem categorias que operam no cotidiano do personagem Fonny, percebemos, nesse trecho, como a interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça e o que raça pode informar sobre classe, numa relação mútua de sobreposição de opressões, como explica Carla Akotirene (2019); contudo, não podemos permitir que a raça sobrepuje a inscrição identitária, sob perigo de má utilização da ferramenta da interseccionalidade.

Nesse sentido, percebe-se o branco como sistema político em que raça e classe possibilitam vivências constituídas por privilégios (Akotirene, 2019), podendo o branco, inclusive, ter a arrogância de recomendar atividades específicas para pessoas negras, fato compreendido por James Baldwin, que, por meio dessa constatação, exprime sua sensibilidade analítica. Em consonância com Carla Akotirene (2019), James Baldwin compreendeu que o capitalismo e o racismo coexistem como modeladores de vivências e

subjetividades do período colonial até a colonialidade.

De pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica. Ora, o androcentrismo da ciência moderna imputou às fêmeas o lugar social das mulheres, descritas como machos castrados, estereotipadas de fracas, mães compulsórias, assim como os pretos caracterizados de não humanos, macacos engaiolados pelo racismo epistêmico (Akotirene, 2019, p. 36).

Desde a prisão simbólica ao cárcere de fato de determinados indivíduos, é importante destacar que a interseccionalidade não é somente sobre as muitas identidades desses sujeitos, ela é, especialmente, “uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (Akotirene, 2019, p. 63). É com a utilização das categorias próprias da interseccionalidade que James Baldwin expõe particularidades de seus personagens, inclusive, revelando camadas pouco exploradas em certas relações sociais e no cânone literário estadunidense, além do campo da jurisprudência nos Estados Unidos.

Diante disso, o conceito teórico da interseccionalidade é pertinente, sobretudo, porque proporciona a compreensão de que as relações de poder, compostas por questões referentes a raça, classe, gênero e sexualidade, por exemplo, não se apresentam como categorias diferentes nem mutuamente excludentes. Essas categorias sobrepõem-se e manifestam-se de forma unificada, afetando, assim, todos os aspectos da convivência em sociedade (Collins; Bilge, 2021).

A ferramenta analítica emerge da narrativa com base na concatenação de categorias sociais indispensáveis na investigação de determinados grupos sociais. Possibilita, a propósito, a compreensão de discriminações, desigualdades, opressões e condenações de indivíduos a situações juridicamente desproporcionais. É assim que James Baldwin antecipa, de certa forma, as discussões acadêmicas relacionadas à consolidação do conceito da interseccionalidade. É graças ao personagem Fonny que temos acesso à potencialidade criativa do escritor, a qual é atestada, dentre outras coisas, pelos fluxos identitários e os desdobramentos das interseções nas subjetividades dos personagens e nas suas relações interpessoais. No próximo tópico discutirei especificamente a questão do estereótipo do homem negro estuprador (questão central do romance de James Baldwin) e que pode ser interpretada e explicada à luz de categorias sociais como raça, sexualidade, gênero e classe.

2 CONTESTANDO O ESTEREÓTIPO DO HOMEM NEGRO ESTUPRADOR

No romance, as características físicas de Fonny são mais do que suficientes para seu encarceramento, atestando as consequências das elaborações de estereótipos racistas nos Estados Unidos. Em um dos diálogos com Fonny, Tish comenta: “E você era o sujeito mais preto que eles mostraram pra ela naquela manhã. Havia alguns brancos, um porto-riquenho e uns dois irmãos mais claros – mas você era o único negro” (Baldwin, 2019, p. 182).

Para bell hooks (2019, p. 303), “Estereótipos sobram quando existe distância. São uma invenção, um fingimento de que se sabe quando os passos que levariam ao verdadeiro conhecimento possivelmente não podem ser dados ou não são permitidos”. No entanto, veremos como o romance selecionado para este artigo nos possibilita a aproximação da compreensão das injustiças geradas pela ideologia racista estadunidense. Será possível reconhecer o espaço de privilégio próprio da literatura, que permite construções e desconstruções do imaginário social, nesse caso, através de uma narrativa que tem como objetivo a tentativa de desmonte de um mecanismo de desumanização da população afro-americana.

Nesse sentido, faz-se necessário reafirmar a importância de trazer um pouco do contexto escravocrata para a elucidação de problemas contemporâneos, como corroborado por Achille Mbembe (2018, p. 27): “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica”. Em consonância, (Munanga, 2020) vai argumentar sobre os africanos escravizados:

Negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores (Munanga, 2020, p. 22).

Os trechos destacados anteriormente reforçam a noção de sujeito racial para Achille Mbembe, ou das pessoas de origem africana, que eram compreendidas como um bem material ou mercadoria, em um processo de fabulação que justificava as muitas violências infligidas a elas:

Na maneira de pensar, classificar e imaginar os mundos distantes, o discurso europeu, tanto o erudito como o popular, foi recorrendo a processos de efabulação.

Ao apresentar como reais, certos ou exactos, factos muitas vezes inventados, foi-lhe escapando a coisa que tentava apreender, mantendo com esta uma relação fundamentalmente imaginária, mesmo quando a sua pretensão era desenvolver um conhecimento destinado a dá-la a conhecer objectivamente. As características principais desta relação imaginária estão ainda longe de ser esclarecidas, mas os processos graças aos quais o trabalho de efabulação se avolumou, assim como as consequências da sua violência, são, actualmente, assaz conhecidos (Mbembe, 2014, p. 29).

Desse modo, a construção do sujeito racializado tinha como objetivo principal a subjugação física e mental para a conseqüente dominação dos escravizados. O racismo alimenta-se do desconhecimento de colonizadores e colonizados, afirma-se e reafirma-se reiteradas vezes através da construção de hierarquias sociais. Confirma-se, também, por meio das posições sociais que se arranjam em virtude do movimento de antagonismo ao outro desconhecido. Assim, são criados perfis com determinados estereótipos para definir os colonizados e, a partir dessa definição, o colonizador se autodefine como um ser superior na hierarquia social (Cabaço, 2009).

A ampla utilização dos estereótipos inventados pelos ocidentais para legitimar a superioridade em relação aos africanos é debatida também por Valentin-Yves Mudimbe. O autor discute, a partir de diferentes exemplos, como a marginalidade atrelada às culturas africanas não está apenas relacionada com as distintas composições situadas em contextos de colonização, mas também tem afinidade com as hipóteses e os imaginários gerais desenvolvidos sobre a classificação das sociedades encontrados em formatos distintos e em campos diferentes do conhecimento ocidental, em pesquisas antropológicas ou até mesmo em narrativas lidas em pinturas do século XV. Assim sendo, é possível apreender que esses estigmas sociais e racistas constituem uma episteme que começou a se reproduzir séculos atrás e nos ajuda a refletir sobre a longa construção desses estereótipos (Mudimbe, 2013).

Nesse sentido, Kabengele Munanga (2020, p. 27) afirma que, especificamente no século XVIII, os grandes pensadores iluministas, ao criarem uma ciência geral do homem, contribuíram para a percepção negativa que se tinha do negro, consolidando uma noção depreciativa advinda de épocas anteriores. Temas-chave como feiura, preguiça, nudez e sexualidade compõem a descrição do negro na literatura científica do período.

Mais do que a inferiorização elaborada a partir de determinadas categorizações físicas e comportamentais, Achille Mbembe vai falar em alterocídio para corroborar com o aprofundamento dessa estratégia colonial e pós-colonial:

Se aprofundarmos a questão, a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da nevrose fóbica, obsessiva e, porventura, histérica. Quanto ao resto, trata-se do que se apazigua odiando, mantendo o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o Outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total (Mbembe, 2014, p. 25).

É particularmente interessante também para este artigo o comentário de Isabel Caldeira a respeito de um dos muitos estereótipos construídos pelos europeus no contexto da colonização da África, constituído fundamentalmente pela animalização dos africanos e que dialoga com a ideia de alterocídio de Achille Mbembe:

A semelhança estabelecida entre os Africanos e o orangotango, animal que os Europeus só encontraram pela primeira vez nessas paragens, acentuava as fantasias da proximidade entre o negro e o animal; a lascívia associada ao macaco (termo que generalizadamente se passou a aplicar ao orangotango) e o seu parentesco com o diabo acrescentavam um ingrediente de ameaça à imagem do Africano (Caldeira, 1994, p. 33).

Além dessa característica que corresponde diretamente à animalização dos homens africanos, Isabel Caldeira (1994) descreve também outras características vinculadas aos escravizados no período escravocrata estadunidense e que acreditavam serem atributos do “estado natural” do africano como, por exemplo, infantil, leviano, ladrão, dominado pela libido, entre outras características. Inclusive, descreve em “A construção social e simbólica do racismo nos Estados Unidos” um estereótipo predominante e bastante popularizado entre 1830 e 1860, o sambo, o escravizado satisfeito com sua realidade (Caldeira, 1994, p. 37).

Bell hooks (2020) oferece um panorama interessante em *e eu não sou uma mulher?* em relação à noção de sexualidade que foi atrelada aos africanos que seriam escravizados nos Estados Unidos. Antes mesmo da chegada desses indivíduos já havia toda uma gama de ideias a respeito de seus comportamentos e subjetividades:

Quando chegaram às colônias estadunidenses, mulheres e homens negros encararam uma sociedade ansiosa para impor a identidade de “selvagem sexual” sobre os africanos que haviam sido deslocados. À medida que colonizadores brancos adotavam uma moral sexual presunçosa, com ainda mais entusiasmo rotulavam pessoas negras como pagãs sexuais. Como a mulher foi designada criadora do pecado sexual, mulheres negras eram naturalmente vistas como a personificação do mal feminino e da luxúria (Hooks, 2020, p. 64).

Além disso, houve um período no sistema escravista onde latifundiários brancos coagiram imigrantes brancas a terem relações sexuais com negros escravizados com o objetivo de aumentar o número de trabalhadores (Hooks, 2020, p. 37). Há, portanto, muitos registros que comprovam a construção e perpetuação de preconceitos, imaginários e estereótipos relacionados aos africanos escravizados e seus descendentes.

Sobre esses nocivos estereótipos, Patricia Hill Collins (2019) utiliza o conceito de imagens de controle com a finalidade de apresentá-los. Essas imagens são completamente negativas e recaem sobre a população afro-americana, por exemplo, as *mammies*, as jezebéis, as mães beneficiárias de programas de assistência social (essas direcionadas especificamente às mulheres negras). A teórica também vai discutir profundamente como determinadas características atreladas a essas mulheres são úteis para justificar as diferentes opressões experimentadas por elas. Nesse mesmo sentido, o estereótipo do homem negro estuprador é destrinchado por Angela Davis (Davis, 2016) em *Mulheres, raça e classe*.

A questão do estupro, de maneira geral, invoca discussões diversas e se caracteriza, para a teórica, como uma das maiores disfunções das sociedades capitalistas atuais. É interessante notar que, nos Estados Unidos e em outros países capitalistas, as jurisdições contra as agressões sexuais foram desenvolvidas para proteger homens das classes mais altas, uma vez que suas esposas e filhas são vulneráveis a esse tipo de crime. Por outro lado, as mulheres da classe trabalhadora, no geral, não alcançavam o mesmo empenho jurídico para punir homens que as violentaram. Em resumo, nem todos os homens brancos são processados pela violência sexual que cometeram. De forma inquestionável, a acusação de estupro tem sido dirigida aos homens negros, em sua maioria, culpados e inocentes. Angela Davis complementa:

Na história dos Estados Unidos, a acusação fraudulenta de estupro se destaca como um dos artifícios mais impiedosos criados pelo racismo. O mito do estuprador negro tem sido invocado sistematicamente sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigem justificativas convincentes (Davis, 2016, p. 177).

De acordo com Angela Davis (2016, p. 179), poucas mulheres brancas escreveram sobre o tema do estupro no começo da década de 1970. Dentre elas, no entanto, se encontra Susan Brownmiller, em cujo trabalho se verifica a reafirmação do estereótipo do homem negro estuprador. Ainda que sua obra *Against our will: Men, women and rape* apresente uma

importante contribuição acadêmica (inclusive pelo seu pioneirismo sobre a literatura contemporânea sobre estupro), muitos dos argumentos presentes são de base racista. Um exemplo disso é a interpretação de Susan Brownmiller do famoso caso de linchamento de Emmett Till² em 1953 (Davis, 2016, p. 182). Susan Brownmiller não é a única; outros acadêmicos concordaram com o estereótipo, a exemplo de Winfield Collins que, em *The truth about lynching and the Negro in the South*, argumenta:

Duas das características mais evidentes do negro são a total falta de castidade e a completa ignorância da veracidade. A frouxidão sexual do negro, considerada tão imoral ou até criminosa na civilização do homem branco, pode ter sido tudo menos uma virtude em seu habitat de origem. Lá, a natureza criou nele intensas paixões sexuais para compensar sua alta taxa de mortalidade (Collins, 1918, p. 94 *apud* Davis, 2016, p. 185).

Há, na bibliografia sobre o período escravocrata, a constatação da utilização do estupro como um método de repressão amplamente difundido nessa conjuntura sócio-histórica, diferentemente do uso do linchamento, uma vez que os proprietários de escravizados não queriam correr o risco de perder suas “propriedades”. Há registros de linchamentos que ocorreram antes da Guerra Civil, mas eram direcionados aos abolicionistas brancos e, à medida que a campanha antiescravagista avançava, a frequência dos linchamentos aumentava. Nesse sentido, há uma pesquisa relevante, de 1895, de Ida B. Wells³, na qual a autora comprova que ocorreram mais de 10 mil linchamentos entre 1865 e 1895 (Davis, 2016, p. 187):

Não foram todos, nem quase todos, os assassinatos cometidos por homens brancos durante os últimos trinta anos que vieram à luz, mas as estatísticas, do modo como foram reunidas e preservadas pelos homens brancos, e que não foram questionadas, mostram que durante esses anos mais de dez mil pessoas negras foram assassinadas a sangue frio, sem a formalidade do julgamento judicial e da execução legal. E ainda assim, como evidência da absoluta impunidade com que o homem branco ousa matar um negro, o mesmo registro mostra que durante todos esses anos, e por todos esses assassinatos, apenas três homens brancos foram julgados, condenados e executados. Como nenhum homem branco foi linchado pelo assassinato de pessoas de cor, essas três execuções são as únicas ocorrências de pena de morte para homens brancos pelo assassinato de negros (Wells-Barnett, 1969, p. 8 *apud* Davis, 2016, p. 188).

² Emmett Till, um adolescente negro, foi acusado por uma mulher branca de ter assoviado para ela. Foi linchado e seus assassinos absolvidos por um júri branco. Décadas depois, Carolyn Donham, a acusadora, admitiu que a denúncia havia sido inverídica.

³ Ida B. Wells-Barnett foi muito influente dentro do movimento contra os linchamentos nos Estados Unidos. A jornalista negra perdeu três conhecidos linchados em Memphis, no ano de 1892 (DAVIS, 2016, p. 195).

Foi nesse contexto que o estereótipo do homem negro estuprador foi trazido à tona, constituído, sobretudo, devido a um interesse político (Davis, 2016, p. 188). Citando Frederick Douglass, Angela Davis demonstra como esse estereótipo não havia sido invocado durante a escravidão nem na Guerra Civil, mais especificamente, nenhum homem negro foi acusado publicamente de estuprar sequer uma mulher branca (Douglass, 1894, p. 498 *apud* Davis, 2016, p. 188). Angela Davis complementa:

Imediatamente após a Guerra Civil, o espectro ameaçador do estuprador negro ainda não havia aparecido no cenário histórico. Mas os linchamentos, reservados durante a escravidão aos abolicionistas brancos, provavam ser uma arma política valiosa. Antes que os linchamentos pudessem ser consolidados como uma instituição popularmente aceita, entretanto, a barbaridade e o horror que representavam precisavam ser justificados de maneira convincente. Essas foram as circunstâncias que engendraram o mito do estuprador negro – pois a acusação de estupro acabou por se tornar a mais poderosa entre as várias tentativas de legitimar os linchamentos de pessoas negras. A instituição do linchamento, por sua vez, complementada pelos contínuos estupros de mulheres negras, tornou-se um elemento essencial da estratégia de terror racista do pós-guerra. Dessa forma, a brutal exploração da força de trabalho negra estava garantida e, após a traição da Reconstrução, a dominação política do povo negro como um todo estava assegurada (Davis, 2016, p. 188).

Essa dominação sobre a população negra tinha como objetivo principal a impossibilidade dos afro-americanos de alcançarem a cidadania e a igualdade econômica (Davis, 2016, p. 189). Foram criadas narrativas baseadas no medo de que esses indivíduos pudessem se vingar dos brancos, no entanto, essas narrativas foram desmanteladas, e a justificativa mais comum para os linchamentos foi remodelada. Após 1872, os Estados Unidos vão ser palco da manifestação de grupos como a Ku Klux Klan e os Cavaleiros da Camélia branca, que contribuíram para a construção de outro pretexto. Os linchamentos seriam úteis para “impedir a supremacia negra” (Douglass, 1894, p. 501 *apud* Davis, 2016, p. 189).

Após a falha da Reconstrução e a anulação do direito de voto da população negra, o fantasma da supremacia política negra como justificativa para os linchamentos tornou-se ultrapassado. Isso não quer dizer que os linchamentos tenham diminuído. Esse foi o contexto social no qual as acusações de estupro surgiram como a principal justificativa para o linchamento de homens negros (Davis, 2016, p. 189). Essa justificativa passou a ser racionalizada como uma tática para vingar as supostas agressões dos homens negros direcionadas às mulheres brancas e sua feminilidade casta do Sul. Assim, os homens brancos que tivessem o dever de proteger suas mulheres e filhas poderiam ser perdoados pelas

violências que cometessem, de fato, contra os homens negros (Davis, 2016, p. 190).

É na década de 1970 que se verifica o ressurgimento do estereótipo do estuprador negro (Davis, 2016, p. 199). Essa é exatamente a década representada no romance de James Baldwin. O personagem em questão, homem negro historicamente hipersexualizado, é visto, por conseguinte como um indicativo de ameaça e por isso, deve ser vigiado.

Nesse contexto, Fonny é perseguido e hostilizado por um policial conhecido pelo nome Bell, que o leva para a cadeia através de uma acusação de estupro de uma moça porto-riquenha, chamada Victoria. Em uma das conversas com Fonny, Tish explica para o companheiro como se deu o processo de identificação dos possíveis culpados do crime, elaborado pelo policial Bell:

- E você era o sujeito mais preto que eles mostraram pra ela naquela manhã. Havia alguns brancos, um porto-riquenho e uns dois irmãos mais claros – mas você era o único negro.

- Não sei o que isso quer dizer.

- Bem, pode querer dizer que o processo vai ser encerrado. Ela diz que foi estuprada por um negro, e aí puseram um negro no meio de uma porção de caras de pele mais clara. E por isso, obviamente, ela diz que foi você. Se estava procurando por um cara negro, ela sabia que não podia ser nenhum dos outros. - E o Bell?

- Bom, ele já matou um garoto negro, como eu te falei. E Hayward garante que o júri vai ficar sabendo disso.

- Merda. Se o júri souber disso, provavelmente vão querer dar uma medalha pro Bell. Ele está mantendo as ruas seguras.

- Fonny, não pensa assim, querido. Quando essa merda começou, concordamos que tínhamos que enfrentar um dia após o outro, não esquentar a cabeça e não pensar muito à frente. Sei exatamente o que você quer dizer, meu querido, mas não adianta pensar assim... (Baldwin, 2019, p. 182).

Por intermédio do policial Bell, tem-se a representação do que há de pior no racismo estadunidense, o personagem corrupto e racista que atormenta e persegue pessoas negras através do manto das instituições. A perseguição do policial ao personagem Fonny é, por sua vez, legitimada pela denúncia desonesta de Victoria, expressada nos termos de James Baldwin:

A sra. Victoria Rogers, nascida Victoria Maria San Felipe Sanchez, declara que na noite de 5 de março, entre onze e doze horas, no vestíbulo de sua casa, foi criminalmente assaltada por um homem que agora sabe ter sido Alonzo Hunt, e foi abusada pelo antes mencionado Hunt da forma sexual mais extrema e abominável, sendo forçada a sofrer as inimagináveis perversões sexuais (Baldwin, 2019, p. 118).

No romance *Se a rua Beale falasse*, o personagem Fonny não tem direito a um julgamento e por isso acompanhamos o desespero da família de Tish para tentar tirar o rapaz

da cadeia. Uma dessas tentativas é realizada pela mãe de Tish, que decide ir atrás da personagem Victoria Rogers, com o intuito de fazer com que ela retire a queixa de estupro ilegítima. O caso do personagem Fonny, marcado com interseções de categorias como raça, gênero, sexualidade e nação, “nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça”, como argumentado por Patricia Hill Collins (2019, p. 57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos anteriormente, de forma breve, as bases que serviram para a edificação do estereótipo do homem negro com instintos sexuais incontrolláveis. James Baldwin demonstra preocupação com o tema não somente em *Se a rua Beale falasse* mas também em seu livro ensaístico *No name in the street*, que no Brasil foi publicado com o nome *E pelas praças não terá nome*. Nele, James Baldwin argumenta:

E é quase certo que os homens brancos, que inventaram a estória de que negro tem o pau grande, estão ainda à mercê deste pesadelo, e estão ainda, na maior parte, condenados, de uma maneira ou de outra, a tentar fazer deste pau, o próprio: pelo progresso que o mundo cristão fez daquela selva, está claro o propósito de manter os negros sempre nas árvores. Cada negro caminhando neste país paga um preço tremendo para caminhar: porque homens não são mulheres, e o balanço de um homem depende do peso que ele carrega entre as pernas (Baldwin, 1972, p. 50).

No romance selecionado para este artigo, o personagem Fonny é preso em decorrência da acusação falsa de estupro. James Baldwin, nesse sentido, chama a atenção do leitor para o encarceramento de jovens homens negros nos Estados Unidos. Tema discutido por teóricos como Michelle Alexander. Em sua obra, *A nova segregação*, a autora exhibe um panorama de sistemas de leis e dinâmicas entre as populações negra e branca, dentre essas, as leis *Jim Crow* que consistiam em uma série de leis segregacionistas, ativas até o ano de 1965. Subsequente às leis *Jim Crow*, surge outro fenômeno nos Estados Unidos denominado “guerra às drogas”, representando assim, o cerne da obra da teórica. É importante destacar que esse tema surge também no romance de James Baldwin através de outro personagem, o amigo de Fonny, chamado Daniel. O personagem em questão é preso por porte de maconha:

E eu tinha acabado de pegar a maconha, estava no bolso detrás da calça. E aí eles encontraram, cara, eles adoram apalpar sua bunda, um passou pro outro, um deles

me botou as algemas e me jogou dentro do carro. E eu não sabia que ia chegar nesse ponto, talvez estivesse um pouco alto, talvez não tenha tido tempo de pensar, mas, cara, quando aquele sujeito pôs as algemas em mim, me fez descer os degraus aos empurrões, me enfiou no carro e aquele carro começou a andar, eu quis gritar pela minha mãe. E aí comecei a ficar assustado porque ela praticamente não consegue fazer nada sozinha, e ia começar a se preocupar comigo, e ninguém ia saber onde eu estava! Me levaram pra delegacia, fui acusado de portar entorpecentes, tiraram tudo dos meus bolsos e eu comecei a perguntar se podia dar um telefonema, mas entendi que não tinha ninguém pra chamar a não ser minha mãe, e quem ela ia chamar naquela hora da noite? (Baldwin, 1972, p. 109).

Há, portanto, no romance selecionado, a urgência de pensarmos como a justiça criminal estadunidense perpetua hierarquias baseadas na raça. Seja através do personagem Fonny ou do personagem Daniel, encarcerados pela cor da pele. Nesse sentido, em consonância com a argumentação de Michelle Alexander (2018), é possível assimilar a edificação de fenômenos sociais (escravidão, *Jim Crow* e encarceramento em massa) como sistemas que operam para manter a condição de subordinação de pessoas definidas pela raça.

O que se propôs evidenciar, neste artigo, foi a articulação feita pelo escritor James Baldwin, em seu romance *Se a rua Beale falasse*, acerca de categorias interseccionais. O autor imprime sua grandiosa sensibilidade analítica mediante categorias como raça, classe, gênero, sexualidade e nação para problematizar um estereótipo que já afligiu imensamente a comunidade afro-americana. É notória na edificação da imagem de controle (Collins, 2019) do homem negro estuprador a captação de diferentes elementos que justificam o linchamento ou o encarceramento do acusado dentro e fora da ficção literária. Categorias como raça e sexualidade sozinhas não explicam o fenômeno por completo. É a partir da junção de todas as categorias envolvidas e a consequente análise que a compreensão da problemática torna-se adequada.

No romance selecionado, o estereótipo do homem negro estuprador emerge a partir da elaboração do personagem negro Fonny e estabelece diálogos notáveis e proficientes com teorias importantes das Ciências sociais. Contestando uma das imagens de controle (Collins, 2019) de indivíduos negros, James Baldwin tenta desmontar, em sua obra, uma das muitas estratégias racistas de aprisionamento e posterior aniquilação dos afro-americanos, expressando uma significativa e respeitável contribuição aos estudos próprios das relações raciais, particularmente nos Estados Unidos. *Se a rua Beale falasse* se destaca, dentre outros motivos, pela busca do escritor em defesa da humanização dos indivíduos negros através de uma narrativa sensível que almeja desmontar um estigma antigo atrelado particularmente aos homens negros nos Estados Unidos.

Referências

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2018.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BALDWIN, James. *Se a rua Beale falasse*. Tradução de Jorio Dauster. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *E pelas praças não terá nome*. Tradução de Crayton Sarzy. São Paulo: editora brasiliense, 1972.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: editora UNESP, 2009.

CALDEIRA, Isabel. *A construção social e simbólica do racismo nos Estados Unidos*. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 39, maio, 1994.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. 2ª ed. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

_____. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A Invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Tradução de Ana Medeiros. Portugal: Edições Pedagogo, Lda, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.